



Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

AJ 00388

Economia

Abalo financeiro. Oferta de crédito para o setor produtivo caiu

Cooperativa agrícola terá capital de giro

Governo deve liberar recursos para as cooperativas e estuda medidas de apoio aos produtores

BRASÍLIA

■ O governo anuncia nesta semana um refresco para o caixa das cooperativas agrícolas, com a oferta de até R\$ 2 bilhões em financiamentos para os cooperados. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que defende o aporte de recursos, explicou que a intenção é garantir capital de giro para as cooperativas em meio à crise financeira internacional que reduziu a oferta de crédito para o setor produtivo.

“No caso do Centro-Sul, as cooperativas respondem por 50% da produção agrícola, por isso a importância de irrigá-las com crédito”, afirmou ele há alguns dias. A liberação de recursos para os cooperados é medida complementar ao anunciado há duas semanas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que elevou de R\$ 35 milhões para R\$ 50 milhões o limite de crédito do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Pródecoop).

O conselho também autorizou o financiamento para capital de giro dissociado de investimento na safra 2008/09, prática que estava proibida desde

Número

R\$ 2 bilhões

Este é o valor que deve ser liberado pelo governo federal para as cooperativas agrícolas terem recursos para o plantio da próxima safra.

o primeiro semestre do ano. A fonte dos recursos para empréstimo ao setor cooperativista é o caixa de Tesouro e tem taxa de juro de 6,75% ao ano.

criação animal

Além do apoio extra ao setor cooperativista, a expectativa é que o governo anuncie nos próximos dias a inclusão do setor de criação animal na desoneração prevista pelo drawback verde-amarelo, o que permite o desconto de impostos federais pagos na compra, no mercado interno, de matérias-primas e componentes de mercadorias vendidas no exterior.

Hoje, a suspensão da cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS) vale apenas para produtos industriais. No caso específico da

avicultura de exportação, a isenção de PIS e do Cofins sobre as aquisições de milho, farelo de soja e outros nutrientes, que representam os principais custos da atividade avícola no Brasil, vai trazer competitividade ao setor.

“Essa desoneração é muito importante para o setor, principalmente na atual conjuntura de crise, onde precisamos aumentar a competitividade de um dos principais produtos exportados pelo Brasil, a carne de frango”, avaliou o presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (Abef), Francisco Turra.

Enquanto avalia qual é a melhor alternativa jurídica para fazer a inclusão da criação animal

no drawback verde-amarelo, o governo também estuda a possibilidade de liberar recursos para capital de giro das empresas misturadoras de fertilizantes, que demandam R\$ 2,5 bilhões. Esses grupos precisam de dinheiro porque os agricultores não têm dinheiro para comprar fertilizantes.

O Ministério da Agricultura estima que as empresas tenham 6,8 milhões de toneladas de fertilizantes em estoque, volume considerado elevado. Boa parte desse produto foi importada quando o preço internacional estava alto, o que dificulta ainda mais as vendas. Também está na pauta do governo a adoção de medidas de apoio aos agricultores de Santa Catarina.

Governo prepara arsenal anticrise

■ O governo está montando um arsenal de medidas para enfrentar a virada deste ano e o primeiro semestre de 2009, período que ele trata internamente como os “seis meses terríveis” da crise mundial de crédito. A primeira das medidas de curto prazo é um ataque ao spread cobrado pelos bancos nos empréstimos ao setor produtivo. Na avaliação do Plano e da equipe econômica, o

crédito disponível no País, a demanda por esse dinheiro e a solidez do sistema financeiro não justificam as taxas de risco altíssimas (spread) cobradas em cima dos gordos juros já fixados pelo Banco Central na Selic (hoje de 13,75%). Ministros consideram que os bancos “estão demorando” a baixar os spreads. Para o governo, “o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal têm capacidade de liderar um processo de baixas dos spreads, para que essas taxas de risco voltem aos níveis normais”.